



## **Afirmção de identidades étnicas e raciais: um estudo a partir das reflexões de Paulo Freire e Miguel Arroyo**

### **Área Temática Educação e Relações Étnico raciais, Educação Quilombola e Educação Indígena**

<sup>1</sup>Glaciléia Assunção Oliveira - UFMA

<sup>2</sup>Betania Oliveira Barroso - UFMA

<sup>3</sup>Leidyane Barbosa de Oliveira - UFMA

<sup>4</sup>Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira - UFMA

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar, a partir das reflexões de Miguel Arroyo e Paulo Freire, como os grupos historicamente subalternizados – povos indígenas, negros e outros coletivos étnicos – constroem práticas pedagógicas próprias que afirmam suas identidades culturais e raciais, resistindo às pedagogias da dominação e afirmando pedagogias de emancipação. A pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos de Freire e Arroyo, bem como, os pressupostos metodológicos de Minayo e Triviños, adotando uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com caráter analítico e crítico. Nessa perspectiva, afirmar as identidades étnicas e raciais significa reconhecer os saberes e práticas de outros sujeitos, é condição necessária para uma pedagogia verdadeiramente democrática, que articule justiça cognitiva, direitos materiais/humanos e pluralidade cultural.

**Palavras-chave:** Identidade; Resistência; Racismo; Libertação; Pedagogias Emancipadoras.

### **Introdução**

A educação brasileira tem sido historicamente atravessada por desigualdades étnicas, raciais e sociais, que invisibilizaram os saberes e práticas dos povos indígenas, negros e de outros grupos populares. No entanto, esses sujeitos segregados têm construído pedagogias próprias de ensinar e aprender que afirmam suas identidades étnicas e resistem às lógicas de

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz/ MA, glacileia.assuncao@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Educação da Faculdade de Educação (PPGE) da UnB; Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz/ MA, betania.barroso@ufma.br.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz/ MA, leidyane.barbosa@discente.ufma.br.

<sup>4</sup> Doutora em Informática na Educação (UFRGS); Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz/ MA, hjgp.ferreira@ufma.br.

invisibilidades impostos pelo sistema colonial e pela lógica eurocêntrica do conhecimento, a partir das lutas coletivas, fortalecendo assim, sua consciência crítica diante dos processos de inferiorização. Nessa perspectiva, o presente estudo parte da seguinte questão: de que forma esses grupos tidos como subalternizados têm resistido às pedagogias de dominação e construído caminhos emancipatórios?

Nesse sentido, este estudo se torna pertinente em dar visibilidade aos sujeitos historicamente segregados e às suas lutas por reconhecimento e dignidade, contribuindo para o processo de repolitização da educação e com os rompimentos de lógicas de subalternização e dominação, deixando nítido a importância do reconhecimento da afirmação étnica e racial para fortalecimento das práticas educativas críticas, antirracistas e transformadoras.

Assim, este estudo tem por objetivo analisar, a partir das reflexões de Miguel Arroyo, em *Outros sujeitos, outras pedagogias* (2017), e Paulo Freire, fundamentadas em *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Pedagogia do oprimido* (1987), como os grupos historicamente subalternizados – povos indígenas, negros e outros coletivos étnicos – constroem práticas pedagógicas próprias que afirmam suas identidades culturais e raciais, resistindo às pedagogias da dominação e afirmando pedagogias de emancipação.

### **Referencial Teórico**

Durante séculos, o sistema de poder político, econômico e educacional produziu “outros sujeitos” como inferiores, como se fossem incapazes de pensar, decidir ou criar cultura. Nesse pensar, Arroyo (2017), traz consigo “outras pedagogias” que eles carregam ao longo de suas vidas, denominadas como: pedagogias de dominação/subalternização, pedagogias da resistências e pedagogias da libertação/emancipação.

Freire (1987) também deixa evidente na *Pedagogia do Oprimido* que é a partir das vivências da opressão que esses outros sujeitos tiram saberes, aprendizados do mundo, dos padrões de dominação que os oprimem, passando assim, a reagir diante da situação para transformar a sua realidade, deixando de serem meros objetos da história para a transitividade de sujeitos políticos. Nesse viés:

A consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. Por isso é que é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é sua superposição à realidade. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação (Freire, 1967, p.105 -106).



Ainda, sobre as ideias expostas, Freire (1996, p. 23), em *Pedagogia da autonomia*, deixa evidente que a “conscientização não [é] uma panaceia, mas um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos”, não sendo, portanto, suficiente por si só, mas representando o despertar da consciência crítica. De fato, “a conscientização é exigência humana; é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica”

Para Arroyo (2017), a maneira mais educativa de enfrentar a segregação é valorizando as resistências populares, a partir das lutas sociais e da emergência de novos movimentos — negro, indígena, camponês, feminista, quilombola, em que, identifica o surgimento das presenças afirmativas, isto é, sujeitos que passam a se reconhecer e a exigir reconhecimento. Para o autor, essas presenças são “pedagogias vivas”, pois educam o Estado, a sociedade e a própria escola ao reivindicar espaço, memória e dignidade. Ele afirma ainda, que as presenças afirmativas dos diferentes reeducam a sociedade e o Estado, transformando diferença em potência pedagógica e identitária. Logo, o autor deixa claro:

Os movimentos sociais indígenas, negros, quilombolas põem o manifesto a persistência dessa racialização nas relações de poder, de trabalho, de justiça, de conhecimento, de apropriação/expropriação da terra, dos territórios, da renda, da moradia ...Ao reagir tantos processos de inferiorização e segregação expõem a racialização das concepções e práticas educativas para sua inferiorização. Ao afirmar suas identidades coletivas mostram que as pedagogias com que tentaram desconstruir e inferiorizar essas identidades por séculos carregam esse traço racista como constituinte. Racialização de que as teorias e práticas pedagógicas não conseguem se desfazer, optando por encobri-la sob o misticismo ingênuo da democracia racial, ou das políticas universalistas, igualitárias (Arroyo, 2017, p.174).

Essa crítica de Arroyo abre caminho para compreender que a luta desses grupos vai além da denúncia da opressão: ela reivindica também a reconstrução dos modos de conhecer. É justamente nessa direção que Santos e Menezes (2009, p.41) adverte a urgência de respostas epistemológicas: “A resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica [...] não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isto significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas. Ela requer, de fato, um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal”. Nesse sentido, quando esses sujeitos lutam, não estão apenas reagindo, mas produzindo saber, criando formas de pensar.

### **Metodologia**

O presente texto adota uma abordagem qualitativa fundamentada em Trivinões (1987), em que privilegia a compreensão de significados, valores e relações humanas, analisando tantos



os aspectos imediatos quanto as causas estruturais que influenciam os fenômenos sociais, com o pesquisador atuando como instrumento central na interpretação e na construção do conhecimento.

Também, para Minayo (2001, p. 21): “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos”. Logo, para um pesquisador qualitativo, é fundamental ter uma sensibilidade desenvolvida para captar as sutilezas contidas nas informações coletadas durante o estudo. Nessa perspectiva, o estudo baseia-se em um levantamento e reflexão bibliográfica, “partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002, p. 32).

Segundo Queiroga (1991), a produção de dados se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado. Assim, consistiram na leitura analítica, interpretação, fichamento das obras e posteriormente apresentação de seminário. Por fim, a análise dos dados foi realizada de forma crítica e dialógica, buscando-se alinhar ao pensamento de Arroyo e à perspectiva de Freire (1987, p. 8), segundo a qual “a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade das “práxis” constitutiva do mundo humano, é também “práxis”.

### **Resultados e Discussões**

Com base nas contribuições dos autores estudados, observou-se que a tomada de consciência crítica foi fator preponderante para que esses “outros sujeitos”, começassem a despertar pela busca de seus direitos como “sujeitos de direitos”, afirmando assim, pedagogias de libertação. Entretanto, identificou-se que as pedagogias de resistência foram, também, práticas de afirmação identitária e política e são nos movimentos sociais que aprendem a resistir baseados na solidariedade, coletividade e luta por direitos.

Desse modo, a educação e as teorias pedagógicas participaram diretamente na construção e preservação dessas representações segregadoras e inferiorizantes. A desconstrução desses imaginários é uma exigência para que a escola pública e popular seja democrática e deixe de ser seletiva e segregadora. Ademais, esses coletivos exigem que se avance sobre políticas compensatórias de desigualdades e de carências para políticas afirmativas da diversidade.

A superação efetiva das desigualdades requer, portanto, que as políticas de igualdade reconheçam a radicalidade política dos diferentes e desconstruam o imaginário estruturante que



vem desde o Brasil colônia e que mantém a segregação. Além disso, deve-se elaborar políticas e pedagogias mais igualitárias e humanizadoras.

Assim, as presenças afirmativas desses coletivos exigem o reconhecimento radical de sua diversidade, articulando suas identidades com as lutas por mudanças estruturais e contestando as políticas estatais meramente compensatórias ou tolerantes. A superação das desigualdades exige mais do que políticas superficiais; ela demanda a desconstrução das formas históricas de pensar e segregar os diferentes. Logo, torna-se evidente que tanto Arroyo quanto Freire defendem uma educação que reconheça os saberes subalternizados como parte legítima da produção de conhecimento.

### **Considerações Finais**

Conclui-se que tanto Arroyo como Freire propõem repensar um novo modelo de educação a partir das vozes silenciadas e oprimidas. Torna-se essencial reconhecer os saberes dos outros sujeitos, afirmando assim suas identidades étnicas e raciais, passo fundamental para a democratização da educação. Enfim, reafirma-se que reconhecer essas pedagogias significa romper com o pensamento “abissal” e exigir um pensamento pedagógico pós-abissal que reconheça a autoria desses coletivos na construção de conhecimentos e práticas de libertação.

### **Referências**

- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991